

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COGERADORES A BIOGÁS EM
INSTALAÇÕES DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA TEJO
ATLÂNTICO – ÁREA SUL, POR LOTES**

LOTE I – COGERADORES MAN E MTU

LOTE II – COGERADORES DEUTZ

LOTE III – COGERADORES JENBACHER

LOTE IV – COGERADORES 2G

TA_24_082_CI_S_024_DMA

CADERNO DE ENCARGOS

DEZEMBRO 2024

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula I.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por lotes**, nos equipamentos identificados no **Anexo I** e nos termos e conforme as especificações e requisitos técnicos que constam dos **Anexos II, III e IV** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. A Aquisição de Serviços em causa compreende 4 (*quatro*) lotes:
 - a) Lote I: Manutenção de Cogeneradores MTU e Man;
 - b) Lote II: Manutenção de Cogeneradores Deutz;
 - c) Lote III: Manutenção de Cogeneradores Jenbacher;
 - d) Lote IV: Manutenção de Cogeneradores 2G.
3. A Tejo Atlântico reserva-se o direito, por circunstâncias supervenientes e exógenas à mesma, de retirar equipamentos e infraestruturas pertencentes aos subsistemas identificados no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
4. Verificado o facto constante do número anterior, a Tejo Atlântico poderá reduzir o objeto e preço do contrato ou estender o mesmo a outros equipamentos ou infraestruturas, em condições a acordar com o Cocontratante, tendo por base as condições fixadas no presente Caderno de Encargos.
5. Caso se verifique a ampliação de instalações objeto da presente Aquisição de Serviços, o Cocontratante obriga-se a assegurar a sua manutenção em conformidade com o presente Caderno de Encargos e com a sua proposta, não constituindo tal facto, causa para recusa de manutenção das infraestruturas, sem prejuízo do direito à modificação do contrato, relativamente aos encargos que comprovadamente acrescerem aos constantes na proposta apresentada e decorrentes dessas ampliações, o qual será efetuado mediante acordo entre a Tejo Atlântico, e o Cocontratante, nos termos do Código dos Contratos Públicos (“CCP”) e tendo por base as condições fixadas no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) interessado(s), e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos que dele fazem parte integrante;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Concorrente;
 - f) O respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário, nos termos do previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal, prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Procedimentos e documentos normativos

1. Para além das regras e procedimentos referidos neste Caderno de Encargos, o Cocontratante fica obrigado ao cumprimento da legislação nacional e europeia aplicada à aquisição de serviços e dos requisitos das normas em que a Tejo Atlântico, se encontra certificada, atual ou futuramente, designadamente NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP EN ISO 45001, NP EN 50001, NP EN ISSO 55001, ISO 22000, ERP 5001 e SA 8000, e que se relacionem com os trabalhos a realizar.
2. Caso exista alguma alteração no âmbito da certificação e/ou nos referenciais implementados ou a implementar pela Tejo Atlântico, durante a vigência dos contratos, o Cocontratante deve de igual modo assegurar o cumprimento dos respetivos requisitos.
3. Sem prejuízo do estabelecido neste Caderno de Encargos, o Cocontratante deverá elaborar e apresentar o Plano de Segurança e Saúde (PSS) para a Aquisição de Serviços à Tejo

Atlântico, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a assinatura dos contratos, que o aprovará ou determinará a sua correção, se tal se mostrar necessário.

Cláusula 4.^a

Prazo Contratual

1. Os contratos, individualizados para cada Lote, iniciam-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, mantendo-se em vigor pelo prazo de 2 (*dois*) anos, renovável por um período de 1 (*um*) ano, até ao limite máximo de 3 (*três*) anos, caso não seja denunciado pela Tejo Atlântico, com uma antecedência máxima de 30 (*trinta*) dias, relativamente ao termo do prazo inicial, por carta registada, com aviso de receção, condicionado à prestação de caução, nos termos previstos na parte final do número 4 do artigo 89.º do CCP, sem prejuízo do disposto no número seguinte e das obrigações acessórias que perdurem para além da sua cessação.
2. Se, antes de decorrido o prazo acima mencionado, se atingir o pagamento do preço total do(s) contrato(s), operará o respetivo termo com a execução dos serviços e fornecimento de bens que a tal conduzam e o(s) contrato(s) extinguir-se-á(ão), com o pagamento destes, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste(s).

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 5.^a

Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, que dele fazem parte integrante, constituem obrigações principais do Cocontratante, as seguintes:
 - a) Prestar os serviços de “Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul”, em conformidade com o descrito nos **Anexos I a IV** deste Caderno de Encargos, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e

competência;

- b) Cumprir as condições fixadas para a execução da aquisição de serviços;
- c) Elaborar e apresentar à Tejo Atlântico, o Plano de Segurança e Saúde (PSS) para a Aquisição de Serviços, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura dos contratos, de acordo com o mencionado na cláusula 4.^a do presente Caderno de Encargos;
- d) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Tejo Atlântico de acordo com os termos da Cláusula 15.^a e do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos;
- e) Proceder à execução dos trabalhos correspondentes à Aquisição de Serviços, de acordo com os prazos contratualizados no **Anexo IV** do presente Caderno de Encargos;
- f) Prestar as informações que forem solicitadas pela Tejo Atlântico;
- g) Assegurar que todos os trabalhadores afetos à execução contratual prestam a sua atividade em regime de contrato sem termo, conforme disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP, disponibilizando à Tejo Atlântico, sempre que lhe seja solicitado, os respetivos documentos comprovativos;
- h) Comunicar à Tejo Atlântico, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;
- i) Responder por todos os atos de quaisquer pessoas que, no âmbito da presente Aquisição de Serviços, para ele exerçam funções, sem prejuízo da responsabilidade que possa ser exigida pela Tejo Atlântico, a essas mesmas pessoas;
- j) Comunicar à Tejo Atlântico todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, dentro das 24 (*vinte e quatro*) horas seguintes à sua ocorrência;
- k) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);
- l) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio eletrónico da empresa:
https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf.

2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação

do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo máximo de 30 (*trinta*) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, nomeadamente os relatórios mencionados nos n.ºs 3.1.6 e 3.1.7 do número 3 da cláusula 1.^a do **Anexo II** do Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar à Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico informará disso o Cocontratante.

Cláusula 7.^a

Transferência da propriedade

Com a comunicação de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para

a Tejo Atlântico, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

Cláusula 8.^a

Conformidade e garantia técnica

O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Tejo Atlântico em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Cocontratante e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.^a

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato a Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo

Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de compliance do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 11.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 12.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 13.^a

Dever de cooperação

- I. O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo prestador de serviços em representação da Tejo Atlântico;
 - b) Quando Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 14.^a

Preço base, Preço contratual e Revisão de Preços

- I. O preço contratual não pode ser superior a 2.300.000,00€ (*dois milhões e trezentos mil euros*), para o prazo contratual máximo de 3 (*três*) anos, tendo em consideração a seguinte divisão para cada um dos 4 (*quatro*) Lotes, objeto do contrato, nomeadamente:
 - a) Lote I – Manutenção de Cogeneradores MTU e Man: 650.000,00 € (*seiscentos e cinquenta mil euros*);
 - b) Lote II – Manutenção de Cogeneradores Deutz: 650.000,00 € (*seiscentos e cinquenta mil euros*);
 - c) Lote III – Manutenção de Cogeneradores Jenbacher: 650.000,00 € (*seiscentos e cinquenta mil euros*);

-
- d) Lote IV – Manutenção de Cogeneradores 2G: 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros).
2. Pela execução do(s) contrato(s), bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante, o preço resultante da aplicação dos preços unitários, constantes da proposta adjudicada, para cada lote, aos serviços efetivamente prestados e aos bens efetivamente fornecidos, durante o período contratual, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. Os preços referidos no número 2 desta Cláusula incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e outros direitos de propriedade industrial.
4. Tratando-se de artigos não constantes no definido no número 2 da cláusula 3.^a do **Anexo II** do presente Caderno de Encargos e não constantes das listagens de referência do Capítulo 2 do Anexo III - Lista de Preços Unitários, do Programa do Concurso, aplicar-se-ão as seguintes regras:
- a) O preço a pagar pelos artigos a fornecer, corresponde ao preço resultante da aplicação de:
- i. Desconto proposto, pelo Cocontratante, sobre a tabela de preços de venda ao público do representante/fabricante do artigo;
- ii. Desconto proposto, pelo Cocontratante, sobre o preço para revenda do representante/fabricante do artigo.
5. O regime da Aquisição de Serviços e o seu pagamento é em componente variável, sendo apenas a componente dos serviços (Capítulos I e 3), sujeita a revisão de preços, no caso de renovação do contrato prevista na Cláusula 4.^a do presente Caderno de Encargos, nos termos estabelecidos no número seguinte. A revisão de preços dará origem a uma fatura específica e distinta das correspondentes aos pagamentos mensais.
6. Revisão de preços:
- a) Os preços constantes da proposta adjudicada serão revistos, de acordo com o disposto no número anterior, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$Ct = a \frac{St}{S0} + b \frac{Mt}{Mo} + b' \frac{Gt}{Go} + d$$

na qual:

Ct - é o coeficiente de atualização mensal a aplicar ao montante sujeito a atualização, obtido a partir de um somatório de parcelas com uma aproximação de seis casas decimais e arredondadas para mais quando o valor da sétima casa decimal seja igual ou superior a 5, mantendo-se o valor da sexta casa decimal no caso contrário;

St - é o índice dos custos de mão-de-obra relativo ao mês a que respeita a atualização;

$S0$ - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas;

Mt - é o índice de preços no consumidor excluindo habitação, relativo ao mês a que respeita a atualização;

$M0$ - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas;

Gt - é o índice de preços oficiais do litro de gasóleo, relativo ao mês a que respeita a atualização;

Go - é o mesmo índice, mas relativo ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas;

a - é o coeficiente correspondente ao peso dos custos de mão-de-obra, que será de 0,50;

b - é o coeficiente correspondente ao peso dos custos com materiais acessórios, que será de 0,20;

b' - é o coeficiente correspondente ao peso dos custos de gasóleo, que será de 0,20;

d - é o coeficiente que representa, na estrutura de custos, a parte não revisível da adjudicação, com aproximação às centésimas; o seu valor é 0,10. A soma de $(a + b + b' + d)$ deverá ser igual à unidade.

- b) Os índices indicados serão os fixados por despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas e são publicados na II Série do Diário da República;
- c) Só haverá lugar a revisão de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização, for igual ou superior a 1% (*um por cento*) em relação à unidade.

Cláusula 15.^a

Condições de pagamento

1. O preço a que se refere o n.º 2 da Cláusula anterior deve ser pago mensalmente, nos termos estabelecidos nos números seguintes.
2. Os pagamentos são efetuados de acordo e em função das quantidades efetivamente realizadas, tendo por referência a Lista de Preços Unitária adjudicada, não existindo qualquer garantia de quantidade mínima de serviços ou de fornecimentos de bens a faturar.
3. A(s) quantia(s) devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a entrega, pelo Cocontratante, e a validação pela Tejo Atlântico, do relatório mensal mencionado no ponto 3.1.7 da Cláusula 1.^a do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.
5. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 a 5, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
8. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 16.^a

Faturação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.

2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida mensalmente e acompanhada da informação relativa aos serviços prestados e bens fornecidos, no âmbito do presente Caderno de Encargos, durante o período de faturação, de acordo com os relatórios mencionados no número 4 da Cláusula 15.^a do presente Caderno de Encargos;
 - b) Identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - c) Indicar o preço global e os preços unitários dos serviços prestados e dos bens fornecidos, no período de faturação em referência;
 - d) Indicar o IVA à Taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.;
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante consultar a informação disponível em:
<https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>;
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora;
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não serão objeto de qualquer cobrança adicional.

Cláusula 17.^a

Execução simultânea de outros serviços da mesma natureza

1. A Tejo Atlântico reserva-se o direito de realizar ou de mandar realizar por terceiros, sem prejuízo da execução normal do contrato, quaisquer serviços, ainda que de natureza idêntica aos serviços a cargo do Cocontratante.
2. Quando o Cocontratante considerar que o desempenho das suas obrigações contratuais está a ser comprovadamente prejudicado em virtude da realização de serviços por terceiros, poderá apresentar a sua reclamação por escrito à Tejo Atlântico no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de ocorrência.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:
 - Gestor do contrato: João Machado
 - Morada: ETAR de Alcântara, Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
 - Telefone n.º: +351 213 107 900
 - Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Cocontratante, em relatório fundamentado, a tomada das medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.
5. A Tejo Atlântico, reserva-se ao direito de proceder, sempre que julgue necessário, e sem aviso prévio, a inspeções e auditorias às atividades de manutenção realizadas pelo Cocontratante, efetuadas por si ou por entidades em que tenha delegado essas funções. O Cocontratante, neste âmbito, deverá apresentar evidências objetivas do que argumenta.
6. A Tejo Atlântico, reserva-se o direito de, relativamente a toda a instrumentação e equipamentos instalados, efetuar periodicamente inspeções ou auditorias técnicas pelos fabricantes, representantes autorizados ou por outras entidades tecnicamente reconhecidas, cujos custos serão suportados pela Tejo Atlântico não dispensando este procedimento, a realização, por parte do Cocontratante, dos trabalhos de manutenção aos citados instrumentos e equipamentos, a que fica sujeito de acordo com o estabelecido neste Caderno de Encargos.

7. Sempre que o resultado das auditorias referidas em 5 e 6 da presente Cláusula demonstrarem incumprimento das cláusulas do Contrato, o Cocontratante obriga-se a apresentar, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, um plano de resolução das não conformidades que, uma vez aprovado pela Tejo Atlântico, deverá ser implementado de imediato pelo Cocontratante.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
5. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
6. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.

7. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.
8. A responsabilidade pela correta prestação dos serviços e fornecimento de bens objeto do contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do Cocontratante e só dele, não reconhecendo a Tejo Atlântico, senão para os efeitos indicados no CCP ou no Caderno de Encargos, a existência de quaisquer subcontratados ou tarefeiros que trabalhem por conta ou em combinação com o Cocontratante.

Cláusula 20.^a

Sanções contratuais

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - I.1 Sanções por incumprimento dos Tempos de Reação, nos termos do **Anexo IV** ao presente Caderno de Encargos:
 - a) Pelo incumprimento do tempo de resposta, para pedidos com prioridade de emergência, para os equipamentos abrangidos nos Lotes I e IV, será aplicada uma sanção de 500,00€ (*quinhentos euros*), por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento do tempo de resposta, para pedidos com prioridade de emergência, para os equipamentos abrangidos nos Lotes II e III, será aplicada uma sanção de 1.000,00€ (*mil euros*), por cada dia de atraso;
 - c) Pelo incumprimento do tempo de resposta, para pedidos com a prioridade de rotina, para os equipamentos abrangidos nos Lote I e IV, será aplicada uma sanção de 100,00€ (*cem euros*), por cada dia de atraso;
 - d) Pelo incumprimento do tempo de resposta, para pedidos com a prioridade de rotina, para os equipamentos abrangidos nos Lotes II e III, será aplicada uma sanção de 200,00€ (*duzentos euros*), por cada dia de atraso;
 - e) Pelo incumprimento do tempo de retificação, para pedidos com o grau de emergência, para os equipamentos abrangidos nos Lotes I e IV, será aplicada uma sanção de 500,00€ (*quinhentos euros*), por cada dia de atraso;

-
- f) Pelo incumprimento do tempo de retificação, para pedidos com o grau de emergência, para os equipamentos abrangidos nos Lotes II e II, será aplicada uma sanção de 1.000,00€ (*mil euros*), por cada dia de atraso;
- I.2 Sanções por incumprimento do Plano de Manutenção, nos termos do **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos:
- a) Pela não realização de todas as tarefas definidas no Plano de Manutenção Preventiva do tipo M, será aplicada uma sanção de 500,00€ (*quinhentos euros*) por cada situação detetada;
 - b) Pelo incumprimento da periodicidade definida para a realização das tarefas do Plano de Manutenção Preventiva do tipo M, será aplicada uma sanção de 500,00€ (*quinhentos euros*) por cada situação detetada;
 - c) Pela não realização de todas as tarefas definidas no Plano de Manutenção Preventiva do tipo R será aplicada uma sanção de 5.000,00€ (*cinco mil euros*) por cada situação detetada;
 - d) Pelo incumprimento da periodicidade definida para a realização das tarefas do Plano de Manutenção Preventiva do tipo R será aplicada uma sanção de 5.000,00€ (*cinco mil euros*) por cada situação detetada.
- I.3 Sanções por incumprimento da entrega dos Relatórios de Manutenção, de acordo com o mencionado no ponto 3.1.7 da Cláusula 1.^a do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos:
- a) O Cocontratante ficará sujeito a uma sanção de 500,00€ (*quinhentos euros*) por cada relatório de manutenção que não seja entregue, até 30 (*trinta*) dias após a intervenção a que dizem respeito.
- I.4 Sanções por incumprimento da equipa e meios disponíveis para execução da manutenção corretiva e assistência a situações de urgência, de acordo com o mencionado no número 3.1.5 da Cláusula 1.^a do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos:
- a) O Cocontratante ficará sujeito a uma sanção de 500,00€ (*quinhentos euros*) por cada intervenção em que não conste o número mínimo de elementos exigidos.
- I.5 Sanções no seguimento de Auditorias de Condição às Infraestruturas e Equipamentos, de acordo com o mencionado no número 3.10 da Cláusula 1.^a do **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos:

- a) O Cocontratante ficará sujeito a uma sanção de 500,00€ (*quinhentos euros*) por cada situação em que não foi salvaguardado a otimização dos horários de verão/inverno no período de um mês, a contar a partir do momento em que essa situação é solicitada.
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual;
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinte por cento*) do preço contratual e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução o contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
4. A Tejo Atlântico pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante, das suas obrigações contratuais, fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização

Cláusula 22.ª

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e no presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A Tejo Atlântico pode resolver o contrato, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Quando qualquer sanção, ou o somatório das sanções aplicadas ao Cocontratante atingir um montante igual ou superior a 20% (*vinte por cento*) do preço contratual;
 - b) Sempre que se verifique o incumprimento por parte do Cocontratante das condições estabelecidas ou de outras obrigações contratuais, ou este não tenha sanado a sua atuação no prazo para o efeito fixado, designadamente quando:

-
- i. O Cocontratante interromper as atividades objeto do contrato por um período superior a 2 (*dois*) dias de calendário sem que tal esteja previsto no seu programa ou sem motivo de força maior aceite pela Tejo Atlântico;
 - ii. O Cocontratante sonegar, distorcer ou, por qualquer modo, alterar quaisquer registos ou informações que deva prestar à Tejo Atlântico;
 - iii. O Cocontratante demonstrar, consecutivamente, negligência no cumprimento das suas obrigações;
 - iv. O Cocontratante menosprezar a responsabilidade e qualidade dos serviços;
 - v. Se verificar que o Cocontratante não deu aos trabalhos contemplados nos programas de execução previamente acordados, o desenvolvimento previsto;
 - vi. Forem sistematicamente desrespeitadas pelo Cocontratante as instruções e recomendações feitas pela Tejo Atlântico;
 - vii. Houver cedência total ou parcial da posição contratual sem previa autorização da Tejo Atlântico ou for declarada a insolvência do Cocontratante.
 - c) O contrato poderá ser ainda objeto de resolução se se verificar qualquer das situações previstas no **Anexo II** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Tejo Atlântico.
 4. O exercício do direito de resolução previsto no número anterior, não prejudica o direito de a Tejo Atlântico vir a ser ressarcida dos prejuízos que lhe advierem dessa resolução ou da conduta do Cocontratante que terá levado à resolução.
 5. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, a Tejo Atlântico pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
 6. Ao valor da sanção referida no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da Cláusula 20.^a relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
 7. A resolução nas condições expressas na alínea b) supra será comunicada ao Cocontratante através de carta registada, com aviso de receção, e só terá efeitos passados 60 (*sessenta*) dias da notificação, mantendo-se durante este período todas as condições contratuais.
 8. A resolução é um direito que a Tejo Atlântico exerce definitivamente.
-

Caderno de Encargos

Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes
TA_24_082_CI_S_024_DMA

9. A resolução por não cumprimento por parte do Cocontratante das cláusulas contratuais motivará a perda do depósito de garantia ou o acionamento do seguro de caução.

Cláusula 23.^a

Resolução por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 24.^a

Execução da Caução

1. A caução prestada, para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no Programa do Concurso, pode ser executada pela Tejo Atlântico, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela Tejo Atlântico não impede a execução da caução, nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 20 (vinte) dias após a notificação da Tejo Atlântico para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 25.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante, a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:

- a) Responsabilidade Civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
 - b) Acidentes de Trabalho, por parte dos membros da equipa designada, a afetar à Aquisição de Serviços.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 27.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a Tejo Atlântico e o Cocontratante relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção, ou por correio eletrónico, entre o Gestor do Contrato designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na Cláusula 18.^a, e o Cocontratante para os contactos identificados em declaração do mesmo, nos termos do Anexo X ao Programa do Concurso.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (quinze) dias.

3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 28.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 29.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 30.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos, as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

Junta:

Anexo I – Infraestruturas

Anexo II – Termos da Aquisição de Serviços

Anexo III – Plano de Manutenção Preventiva

Anexo IV – Tempos de Reação

Anexo I

Infraestruturas

(Documento Autónomo)

Anexo II

Termos da Aquisição de Serviços

(Documento Autónomo)

Anexo III

Plano de Manutenção Preventiva

(Documento Autónomo)

Anexo IV

Tempos de Reação

(Documento Autónomo)